

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE ESTUDO DE GÊNERO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EAD
GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA

MULHERES QUE OPTARAM POR NÃO TER FILHOS

FABIANA BATISTA DA SILVA

FLORIANÓPOLIS
2016

FABIANA BATISTA DA SILVA

MULHERES QUE OPTARAM POR NÃO TER FILHOS

PROJETO DE PESQUISA REFERENTE AO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EaD:
“GÊNERO E DIVERSIDADE NA ESCOLA”
DISCIPLINA: METODOLOGIA DE PESQUISA

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Patricia Zucco

FLORIANÓPOLIS
2016

Silva, Fabiana
Mulheres Que Optaram Por não ter filhos / Fabiana
Silva ; orientadora, Patricia Zucco - Florianópolis, SC,
2016.
46 p.

Monografia (especialização) - Universidade Federal de
Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.
Curso de Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola .

Inclui referências

1. Centro De Filosofia e Ciências humanas, CFH, GDE. .
3. O número de mulheres que tem optado não tem filhos vem
. 4. crescendo significativamente na nossa sociedade
contemporânea. . 5. Para comprovar essa assertiva, foi
realizada uma pesquisa . 6. exploratória e descritiva, com
abordagem qualitativa e por mostragem. . I. Zucco,
Patricia. II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Especialização EaD Gênero e Diversidade na Escola . III.
Titulo.

FABIANA BATISTA DA SILVA

MULHERES QUE OPTARAM POR NÃO TER FILHOS

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito para
obtenção do título de Especialista em
Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

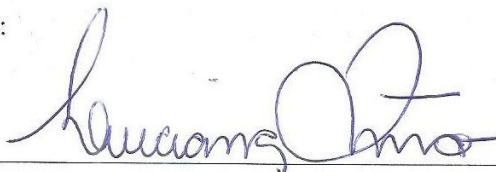
Aprovado em 17 de dezembro de 2016.

Coordenação do Curso:




Olga Regina Zigelli Garcia

Banca Examinadora:



Luciana Patrícia Zucco



Marlene de Fáveri



Cristine Sodré Fortes

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter me dado saúde e força para superar as dificuldades.

À minha mãe Eloína, mulher guerreira que, ainda que com a concepção de que o homem deveria ser respeitado em suas vontades, apontava um novo tempo em que eu deveria me encaixar, onde mulher e homem tinham papéis fundamentais na sociedade, com particularidades que os distinguiam, sem contudo haver razões para sobreposição de um sobre o outro. Apoiando-me incondicionalmente, incentivando-me nas horas difíceis, levantando-me quando o desânimo e cansaço se abatiam sobre mim.

Ao meu pai Janones (In memoriam). Com ele aprendi o valor da honestidade, da solidariedade e do dom da vida.

Ao meu amado esposo Edemar, pelo carinho, dedicação, paciência e incentivo, respeitando e compreendendo minhas ausências, inclusive, acompanhando-me como ouvinte na maioria das aulas.

À minha orientadora Prof. Dra. Luciana Patrícia Zucco, pelo suporte, orientações, e quer pelo incentivo nas horas difíceis.

À minha tia, prof. Zenaide Martins da Silva, graduada em Letras e Literaturas, pós graduada em Sexualidade e Diversidade e Mestre em Gestão, com quem discuti ideias públicas e procedi novas pesquisas, para enriquecimento deste trabalho.

Ao meu afilhado Alexandre pela ajuda nos gráficos.

À amiga prof. Rosana Mainarde pelo incentivo, companheirismo e ajuda na realização deste trabalho.

A todos amigos e familiares que compartilharam da minha caminhada e àqueles que mesmo distante torceram por mim.

Agradeço às participantes desta pesquisa, pela confiança, compartilhando comigo suas histórias de vida.

Agradeço a todos e a todas que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação.

Registro aqui um agradecimento especial pelo financiamento dado ao Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola da Universidade Federal de Santa Catarina (GDE/UFSC) através do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da

Educação (FNDE) gerido pela SECADI/MEC (Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação) na gestão da presidenta Dilma Rousseff (2011-2015), sem o qual seria impossível a operacionalização de um curso de dois anos de duração em cinco cidades de diversas regiões do estado de Santa Catarina. Agradecemos, sobretudo, os investimentos que durante os últimos 13 anos possibilitaram a expansão de políticas públicas de combate a fome, ao racismo, sexismo, lesbofobia, homofobia, transfobia e ao capacitismo. Infelizmente, a conjuntura política no último ano quase impossibilitou a conclusão desta 3ª edição do GDE, sobretudo depois da extinção da SECADI, que foi criada em 2004 e que possibilitou a realização de centenas de cursos com temáticas que versavam sobre diferenças, desigualdades e direitos humanos em todo o Brasil. Uma política de governo que infelizmente não se concretizou em uma política de Estado, ao contrário, vem sendo extinguida e criminalizada por diversos setores conservadores na sociedade. Que essa especialização seja lembrada como um espaço de resistência e de luta por uma sociedade mais justa e igualitária.

A todos meu muito obrigada.

RESUMO

O número de mulheres que tem optado não ter filhos vem crescer significativamente na sociedade contemporânea.

Para comprovar essa assertiva, foi realizada uma pesquisa exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e por amostragem.

De um universo de vinte mulheres, foram selecionadas quatro, por assumirem claramente a opção de não ser mãe, definitivamente, ou por um período de suas vidas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas nas localidades de Balneário Camboriú, Itajaí e Florianópolis na residência das quatro mulheres entrevistadas, com idade entre trinta e cinco a cinquenta anos, que se declaravam não serem mães por opção.

Os dados, resultantes da análise das entrevistas, levaram ao principal motivo: a carreira profissional.

Com o surgimento da pílula anticoncepcional e métodos contraceptivos mais eficazes, as mulheres passaram a exercer o direito à sexualidade, podendo optar ter ou não filhos.

A explosão do feminismo, nos anos 60, permitiu às mulheres ingresso no mercado de trabalho, passando de tão somente donas de casa, ou seja, mães e esposas, para exercerem profissões até então reservadas aos homens, promovendo, assim, discussão de igualdade de direitos, separando sexualidade de reprodução.

Este trabalho busca ou igualmente comprovar que as transformações sociais, culturais e econômicas foram propulsoras da consciência, discussão e luta das mulheres acerca de seu papel na sociedade, no apoderamento de seu corpo e, por consequência, a decisão de ser ou não, mães.

Palavra-chave: Gênero, Mulheres, maternidade.

ABSTRACT

The number of women who have chosen not to have children grows significantly in contemporary society.

To prove this assertion, an exploratory and descriptive research was carried out, with a qualitative approach and sampling.

Among a universe of twenty women, four were selected because they clearly chose not to be a mother, definitely, or for a period of their lives.

A semi-structured interviews were conducted in the towns of Balneário Camboriú, Itajaí and Florianópolis at the residence of four women interviewed, aged between thirty and five to fifty years, who declared themselves not to be mothers by choice.

The data, resulting from the analysis of the interviews, led to the main reason: the professional career.

With the emergence of the contraceptive pill and more effective contraceptive methods, women began to exercise the right to sexuality, and may choose to have children or not.

The explosion of feminism in the 1960s allowed women to enter into the labor market, moving from housewives, i.e, mothers and wives, to occupy professions hitherto reserved for men, thus promoting a discussion of equal rights, separating sexuality from reproduction.

This work seeks and also proves that social, cultural, and economic transformations have propelled women's consciousness, discussion and

struggle over their role in society, in the empowerment of their bodies and, consequently, in the decision to be or not, mothers.

Key words: Gender, Women, maternity.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 –	15
Gráfico2 –	20

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EaD– Ensino de Educação a Distância

DST– Doenças Sexuais Transmissíveis

FNDE– Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação

GDE – Gênero e Diversidade na Escola

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas

MEC– Ministério da Educação

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

UFSC– Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. MATERNIDADE E NÃO MATERNIDADE: ESCOLHAS POSSÍVEIS	16
2.1. CONCEITO DE MATERNIDADE NO SÉCULO VIII.....	26
3. MULHERES QUE OPTARAM POR NÃO TER FILHOS	33
3.1. JUSTIFICATIVA DE METODOLOGIA DAS ENTREVISTAS.....	34
3.2 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS.....	34
4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA.....	39
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	41
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	43
7. ANEXOS.....	46

1 INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido acerca das mulheres que optaram não ter filhos surgiu de minha própria história de vida.

Sou fruto de família pobre, tradicional, tendo o homem como provedor, embora tive se a sorte de ter minhas vontades respeitadas, ainda que o estranhamento sobre meus propósitos de vida foram, em alguns momentos, trazidos à baila, pois estava contrariando a “natureza” eram dentre minhas opções era a de não ser mãe. Tinha planos a conquistar como morar só, estudar, ter uma carreira profissional, e um companheiro, sem o compromisso o casamento, que poderia trazer consigo expectativas sobre filhos bem como cobranças por netos.

Quando surgiu a oportunidade de, no curso, estudar sexualidade e reprodução, tive a convicção sobre o trabalho que desenvolveria: demonstrar que sim a gestação era uma opção e não exigência da “natureza” como me criei ouvindo dizer.

O desejo de saber das razões da opção das mulheres que rompiam com a lógica de uma sociedade machista, preconceituosa, não priorizando a maternidade em suas e determinadas vidas, que projetos as norteavam e quais coincidiam com os meus, ratificava minha decisão.

A pesquisa buscou explicar os motivos a quebra de paradigmas, notadamente a partir dos anos 60, ou surgimento da pílula anticoncepcional, quando as mulheres passaram a ter consciência de seu papel na sociedade, promovendo uma revolução no âmbito da sexualidade e reprodução, maternidade e carreira profissional.

Em épocas passadas, as mulheres restringiam-se ao lar e à reprodução de filhos, tendo a responsabilidade de continuar a linhagem de seu marido. Seu “destino” já estava traçado: casar, cuidar do lar, ter várias gestações.

As mulheres que eram solteiras ou que optavam não ter filhos eram consideradas deficientes, infelizes e, muitas vezes, acusadas de não serem mulheres. Sob o aspecto religioso “figueira que não dava fruto”, logo, um “pária” na sociedade, não merecendo respeito.

As mulheres casadas, que não gestavam, podiam ser trocadas, ou condenadas a criar os filhos de seu marido, contraídos extraconjugalmente, sem quaisquer restrições.

Surgem, então, os movimentos de luta das mulheres por igualdade de direito, sendo marco simbólico o da “queima dos soutiãs”, a mulher grita pelo apoderamento de seu corpo, deixando de ser uma “fábrica” de filhos, para decidir se os queria ou não ou quando os queria.

Gerar filhos deixava de ser uma “obrigação” ou processo “natural”, para ser uma decisão responsável e prazerosa, pela consciência das consequências de constituir uma família com filhos. Agora havia a possibilidade de escolhas de prioridades de um momento da vida, bem como o que seria possível e como conciliar a vida doméstica com a profissional e a social.

Verdadeiras “guerras” foram travadas, considerando uma sociedade onde o homem era o provedor e, portanto, aquele que deveria ser respeitado e servido em seus desejos e vontades, além de credos religiosos que ainda hoje têm influência significativa sobre a sociedade, notadamente sobre os papéis homem x mulher.

Sem dúvida que propulsor e garantia dessa revolução foi o surgimento da pílula anticoncepcional na década de 60, com o que a mulher adquire o direito a uma maior liberdade sexual.

Com a possibilidade de escolha acerca da reprodução, as mulheres também conquistaram outros espaços fora do ambiente doméstico, inserindo-se no mercado de trabalho. (BUCHER, 1999), (MELER e VAITSMAN, 1994).

Como decorrência dessas mudanças sociais, as mulheres podem ser compreendidas, segundo Biasoli-Alves(2000), como seres em construção, um ser humano à procura de seu desenvolvimento pessoal e da realização plena de seus talentos e competências. Apesar de muitas mulheres decidirem pela maternidade em alguma fase da sua vida, também há uma tendência que vem crescendo ultimamente: adiar ou optar pela não maternidade. (ARÁN,2003, (MELAMED e QUAYLE, 2006).

Historicamente, as mulheres eram sinônimo de mães, em função da reprodução, ou seja, vivia-se apenas o aspecto biológico.

Os autores Barbosa e Rocha-Coutinho(2007) em seu livro, “ *Tecendo Por trás dos Panos*”, realizaram um estudo no qual observaram que a maternidade está ainda muito presente na vida da maioria das mulheres. Em contrapartida, os índices indicam que as mulheres da classe média estão reduzindo o número de filhos, e

algumas mulheres estão se permitido descobrir que existem outras experiências além da maternidade.

A geração *Not Mothers* é constituída por mulheres que não tiveram filhos por falta de vontade, esterilidade, dificuldades em encontrar um companheiro ideal, carreira profissional, entre outras motivações.

A partir da revolução feminista, as mulheres puderam ter vários projetos de vida, dentre eles o da maternidade que figura como uma das possibilidades de escolha e não a única como objetivo de vida.

A mulher contemporânea passou a pensar em si e a planejar sua vida. (ROCHA e COUTINHO, 1994).

A ação política do feminismo abriu muitas portas para as mulheres poderem ser livres em suas escolhas pessoais e profissionais.

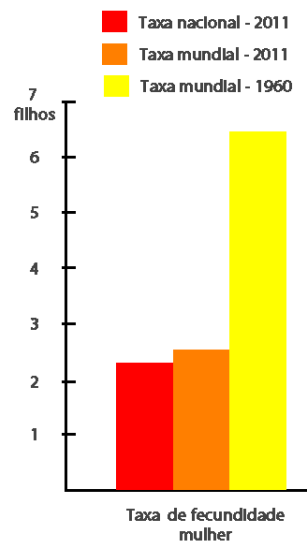
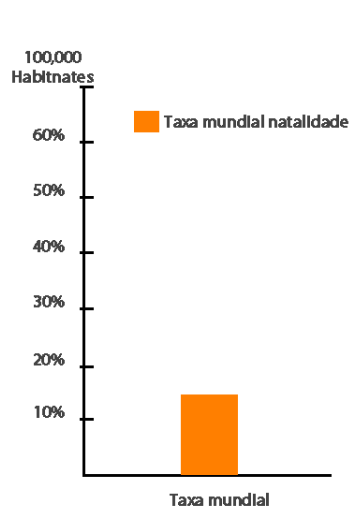
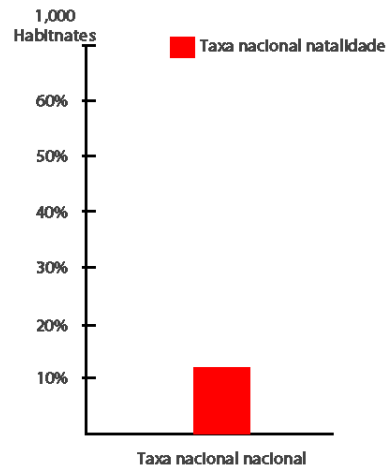
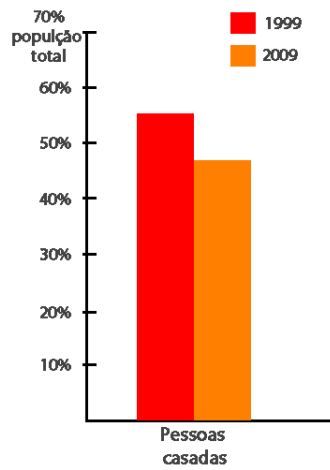
Na atualidade, presencia-se um novo movimento: muitas mulheres estão em busca de emancipação e liberdade profissional e financeira e, por consequência, estão cada vez mais adiando ou rejeitando os desafios da maternidade (BARBOSA & ROCHA-COUTINHO, 2007). Segundo Mansur(2003): as mulheres têm projetos variados, que trazem satisfação pessoal relevante, e que vão além do fato de ser mãe.

Ilustrando a afirmativa acima, dados do IBGE(2011), referentes ao estado do Rio Grande do Sul, apresentam uma diminuição na taxa de natalidade dos casais. Nesse estado, a taxa de natalidade era a menor do Brasil IBGE (2011), em 1999, casais representavam 55% da população e, em 2009 esse número de pessoas casadas e, logo, em condições de ter prole, caiu para 47,3%. Em 2009, essa taxa era de 11,6 nascimentos para cada mil habitantes, enquanto a média nacional era de 15,8 nascimentos para cada 100 mil habitantes.

A taxa de fecundidade da mulher brasileira era 2,3 filhos por mulher, abaixo da média mundial, que era de 2,6, (IBGE,2011). Já na década de 1960, a taxa de fecundidade era de 6,3 filhos por mulher.

O aumento do número de casais sem filhos no estado do Rio Grande do Sul pode ser analisado à luz do adiamento da decisão de ter filhos ou opção de não os ter (SPITZ,2006). O gráficos a seguir ilustram essa análise

GRÁFICOS 1 e 2



2 MATERNIDADE OU NÃO MATERNIDADE: ESCOLHAS POSSÍVEIS

Segundo Vaitsman(1994), *“a experiência da maternidade é marcante na construção da identidade das mulheres e na organização de seu cotidiano. O nascimento dos filhos leva, concretamente, a uma privatização, a um investimento exclusivo no nível afetivo e privado”* (p.35). Por esses motivos a opção pela maternidade se torna tão difícil hoje para as mulheres, particularmente quando esse desejo se soma à realização profissional.

Em relação à maternidade, se as mulheres desejam ser mães e ao mesmo tempo ter uma carreira profissional, responsabilizam-se por ambas funções. Almejando cumpri-las da maneira que julgam adequada, algumas acabam concluindo que falharam em alguns desses espaços, provavelmente por isso existem mulheres, que preferem então optar por uma delas, carreira profissional ou maternidade, para melhor se dedicar à escolha. (ROCHA-COUTINHO, 2004).

Em contraponto aos autores anteriormente citados, Sousa e Ferreira (2005) afirmam que as convicções e as representações tradicionais sobre a maternidade desenvolvem um enorme papel nas características femininas. As autoras concluíram que as mulheres que faziam parte do grupo de mães, adquiriram uma autoestima individual e coletiva, consideravelmente maior do que aquelas que faziam parte do grupo das não-mães, o que indica a importância da maternidade na contemporaneidade para a vida das mulheres, ainda que considerem que há também mulheres realizadas mesmo não sendo mães.

Esses modelos tradicionais da maternidade, que ainda norteiam a sociedade, desempenham uma forte influência na identidade feminina.

A escolha pela não-maternidade promove o rompimento do padrão feminino tradicional, estabelecendo um fato complexo e com direções multidimensionais.

Sua interpretação requereu a observação das expectativas relacionadas aos papéis tradicionais, desfazendo o mito do instinto materno, admitindo que a vida feminina pode ter várias e diferentes dimensões.

Entretanto, a mulher que não procriou em nossa sociedade significa um ser estranho para muitos, como pontua Letherby, (2002): discurso social preserva e

vangloria a maternidade e a criança, mesmo que a valorização não precise de uma estrutura científica como se pensava antes.

As razões que levam as mulheres a optar pela não maternidade podem estar ligadas a diversas causas. Mansur (2003) afirma que a mulher que considerou não ter filhos por opção, o fez percorrendo caminhos diversos como: eliminar essa probabilidade de imediato, manipular a questão, ou, ainda, indefinidamente até a maternidade se tornar inviável. Ollos e Kapinus (2002), reafirma a informação acima dizendo que por vários motivos há mulheres que adiam tanto a maternidade, que, quando se dão conta, já é muito tarde, ou o dia-a-dia se torna tão aconchegante, e conveniente que as mulheres não a considera mais.

Nesse período de espera, os casais adquirem mais conhecimento e reconhecem os grandes desafios de educar e criar uma criança, levando-os a continuarem sem prole.

Os movimentos feministas, iniciados nos Estados Unidos e na Europa na década de 60, modificaram sensivelmente o olhar da mulher e suas ligações dentro e fora da família e favoreceram a opção do controle da natalidade com o surgimento da pílula anticoncepcional, desagregando e separando sexualidade de maternidade, dando espaço para as mulheres entrarem no mercado de trabalho.

Com o surgimento da pílula anticoncepcional, a sexualidade ganhou novos contornos, começando assim um lento processo de separação entre sexo e reprodução. O uso de contraceptivos promoveu mudanças na família, uma vez que as mulheres, além de poderem exercer a sexualidade dissociada da gravidez, também puderam com isso planejar com maior segurança o número de filhos. Com o uso de métodos anticoncepcivos, fazer sexo não estava mais avassalado pelo medo da procriação, dando espaço maior ao desejo e ao prazer. (BARRETO ET AL., 2015, p.29).

Ao longo da história sempre existiram mulheres que por algum motivo não tiveram filhos, a saber: religiosos, pois entraram para convento tornando-se freiras; outras, porque se dedicaram ao cuidado dos membros da família, acabaram não casando, (Kohli e Alberti 2009). Além disso, sucederam-se momentos na história, como, por exemplo, período entre guerras, que casais decidiram não ter filhos, em

função das condições sociais e econômicas da época (Van, Bavel e Kohli 2010). Porém, em nenhum momento esse comportamento chamou tanto atenção da sociedade como nas últimas décadas. As adversidades ou circunstâncias familiares, bem como quebra dos dogmas religiosos e movimentos feministas, justificaram de alguma forma o comportamento da não-maternidade.

Diferentemente, o fato de o indivíduo ter uma situação financeira estável, ser heterossexual, ser casada/o e mesmo assim decidir não ter filhos é uma situação de difícil aceitação e compreensão em nossa sociedade, como aponta Wagor (2000). Nas últimas décadas, segundo Kohli e Albertini (2009), em grande parte dos países Europeus tem aumentado consideravelmente o número de casais sem filhos. Esses autores cogitam que a maioria dos estudos realizados aponta que a opção de não querer ter filhos se concentra em três questões primordiais: compensação individual; tranquilidade física e psicológica; isolamento social, principalmente na idade avançada. Conforme os autores Gillespie (2003), Wagor (2000) e khlamani(2009), essas questões contribuem para aumento do preconceito e da ausência de conhecimento sobre a vida das pessoas que optam não ter filhos, especialmente as mulheres. Kohli e Alberti (2009) afirmam que nos países europeus, do ponto de vista social, essa situação é um grande problema, pois o país está envelhecendo. No Brasil, embora haja ausência de produção bibliográfica a respeito da temática, observa-se que não ocorre esse problema.

De acordo com Deollos e Kapinus(2002), as pessoas estão vivendo mais e, por consequência, desejam ter uma vida mais livre, por maior período possível. Esses fatos nos levam a algumas interrogações, sobre ter filhos ou não, como, por exemplo, partindo do princípio de que filho pode ser visto como um meio de suporte e uma segurança para problemas futuros que chegam com a velhice, como ficaria a subsistência, por exemplo?

Para Koropecjy-Cox(2002), as pesquisas sociais persistem em afirmar a importância da parentalidade como investimento social e ferramenta de amparo ao idoso, tanto para cuidados pessoais quanto para o apoio emocional.

Algumas análises, feitas por Deollos e Kapinus(2002), Jeffries e Konnert(2002), (Glasert et al.2006) e Wu e Hart(2002), reforçam a ideia de que as enormes preocupações de pessoas e casais sem filhos refere-se ao futuro.

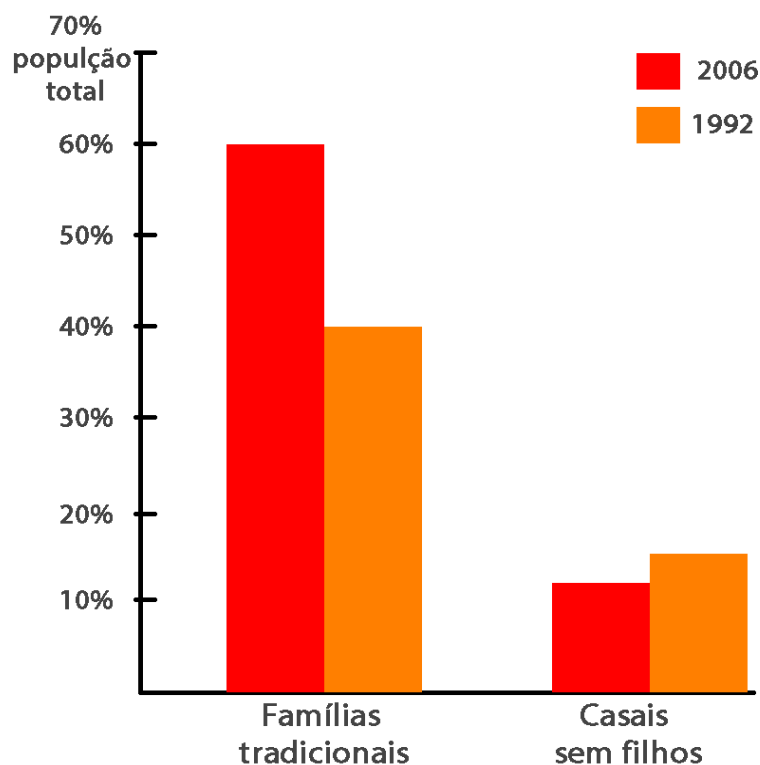
Deollos e Kapinus(2002), por sua vez, enfatizam que as pessoas que optaram não ter filhos têm a predisposição a um grau de instrução mais elevado, a residir na área urbana e se dizem menos apegadas a uma religião. A grande maioria dessas mulheres tem emprego e são envolvidas com suas carreiras profissionais. As pessoas sem filhos propendem menos a fazer uso das instituições como asilo, quando chegam à longevidade, porque na maior das vezes contam com assistência do marido/ esposa.

A falta de herdeiros voluntários (*Voluntary childlessness*) vem ocorrendo em países ocidentais como: Estados Unidos, Canadá, Noruega e muitos outros. Apesar disso, Abma e Martinez, (2006) afirmam que há uma dificuldade, em investigar dados exclusivamente de pessoas que optaram não ter prole, visando à necessidade de especificar a inexistência da consciência e inconsciência de ter um filho.

As autoras Abma e Martinez (2006) confirmam que nos Estados Unidos o fenômeno da não-maternidade vem aumentando, passando de 5%, em 1988, para 8% ,1992.” Lee e Gramotney (2006) indicam que na Austrália 9% da mulheres optaram pela não-maternidade.

Já no Brasil, os dados do IBGE(2006) indicam que, anualmente, família tradicional formada por mãe, pai e filhos vem progressivamente decaindo de 60%, em 1992, para 40,4%, em 2006. Os casais sem filhos vem aumentando de 12,9%, em 1992, para 15,6%, em 2006. Vale ressaltar que esses dados de casais sem filhos mantêm um critério de classificação do IBGE, estando incluídos nesse: pais que moram sem filhos, o que não comprova necessariamente inexistência de filhos. Conforme demonstra o gráfico abaixo:

GRÁFICO 2



Ausência de dados não diz respeito exclusivamente a aspectos sociais e demográficos. Segundo Rios e Gomes (2009), há pouco material de estudos sobre a não-parentalidade voluntária no Brasil nos últimos dez anos. São indicados em seus estudos apenas quatro produções no Brasil: Bonni-Vieira(1996); (Mansur(2000); Mondardo e Lima(1998); Rios(2007), conforme (RIO e GOMES 2009). Segundo as autoras, realidade (2009, p.14) “é rara a produção divulgada nos periódicos indexados e nas bases dos dados da psicologia”.

Além das considerações sobre reprodução, família, o universo feminino e novos olhares, a partir das mulheres que decidiram não ter filhos, objetivo desta pesquisa, não se pode deixar de comentar, ainda que de forma sucinta, sobre as mudanças ocorridas nas sociedades contemporâneas e suas consequências nas transformações na relação

maternidade e identidade feminina. Para tanto, foi necessária a investigação acerca dos trabalhos sociais, em outros países.

Os autores Giles, Shaw e Morgan(2009) fizeram uma pesquisa visando a investigar as características sociais dos indivíduos que optaram não ter filhos. As representações sociais encontradas pelos autores apontavam para: individualismo, gênero, classe social, vocação, idade e opção.

Considerando-se a constituição das famílias na atualidade: famílias construídas por casais que tiveram outros casamentos, pessoas que vivem sozinhas, pais que têm filhos por meio de adoção, mães solteiras, casais que não tiveram filhos; casais homossexuais, com relação oficializada ou não, com ou sem filhos; casais heterossexuais que fazem inseminação artificial e outros que recorrem à barriga de aluguel (no Brasil essa prática não é permitida). Ainda temos: famílias temporais, casais que moram juntos, mas não são casados; alguns desses casais só regularizam sua situação com a chegada do primeiro filho (VILLA 2008).

Mathe e Saugeres(2007) , por sua vez, se contrapõe ao apontar o discurso dominante que rodeia a reprodução e influencia a grande maioria das mulheres que decidem pela maternidade. Os autores encontraram como resultado da pesquisa que a decisão de ter um filho ou não é normalmente casual e costumeira, pois a mulher nasce, cresce e segue o modelo padrão da sociedade, ao observar suas mães, avós... Logo, os significados da maternidade são produzidos e reproduzidos na prática e experiência das mulheres ao longo de suas vidas. Dessa maneira as mulheres entrevistadas pelos autores colocam em prática os conceitos de como é ser uma boa mãe.

Letherby(2002), em sua pesquisa estudou a relação entre idade e maneiras de vivenciar transformações na não-maternidade. De acordo com a autora:” ter parido não garante apoio e cuidados a essa mãe quando chegar à velhice.”

Segundo Van Bavel e Kok (2010), na Holanda, foi divulgado estudo a respeito das razões que levariam casais dito tradicionais e modernos a não querer ou não querer ter filhos. “Os autores confirmam que o declínio da taxa de fecundidade conjugal e o acréscimo a não-parentalidade estão relacionados e localizados no setor econômico e no período entre guerras.” Além do mais, “havia mulheres preocupadas com suas carreiras

profissionais, seus estilos de vida, o que também ajudou a diminuição da fecundidade dos casais na temporada entre guerras”.

Os estudiosos Kohli e Albertini(2009) analisaram casais heterossexuais maduros que optaram não ter filhos. Esses casais exibiram para suas famílias e para a sociedade um vínculo muito estreito em relação à família e a parentes mais próximos. Outra característica é o investimento do tempo em redes sociais e envolvimento com caridade; muitos deles chegam a praticar atividades voluntárias e participam de mais atividades que pessoas que tiveram filhos. (KOHLI e ALBERTIN 2009) indicam a necessidade de elaborar políticas públicas que atendam também aos casais maduros sem filhos por opção.

Bailh(2009), estudou, através de arquivos históricos as baixas fertilizações de casais nas épocas de revoluções populares. Havendo com isso muitas modificações culturais. Conforme esse autor, as modificações culturais acontecem em tempos de revoluções e proporcionam a opção dos casais pela não reprodução.

Yang e Rosenblant(2008) investigaram se o acréscimo da opção de não ter filhos pelos jovens da Coreia do Sul estaria associado à desistência de valores confucionistas (a família é base da sociedade onde todas as pessoas vivem em total harmonia - os governantes são tratados e considerados como pais - e todo bom filho deve obediência aos seus pais/ governantes). O resultado da pesquisa não demonstrou o afastamento dos valores confucionistas, mas dos valores sócio-econômicos, ainda que os princípios familiares confucionistas estejam sendo reinventados.

Pavete e Bucci(1998) realizaram nos Estados Unidos um estudo sobre teologia. Nesse indagaram se não ter filhos era uma escolha concebível para um casal que se dizia cristão. Para isso, tinham como referência ensinamentos bíblicos e teólogos importantes como São Paulo, chegando à seguinte afirmação: o casal cristão decidia não é inadmissível p, uma vez que certas situações, estão escritas nos capítulos bíblicos. Por exemplo, Paulo, grande apóstolo cristão, afirma em seus escritos que o casamento em si não era mau, contudo os solteiros que assim se mantivessem, pelo amor ao Evangelho. Com isso, Paulo destacou a questão da devoção e renúncia em favor de outras pessoas, como freiras, padres, missionários, sacerdotes etc, o que é bem aceito pela fraternidade cristã.

Ao longo da história da igreja católica e de outras instituições religiosas, existiram casais que buscaram a realização pessoal no ato de fazer bem a outras pessoas, sendo crianças ou não, e para isso não tiveram filhos. Essas autoras trazem tal discussão para pensar a maternidade, sendo a ambiente religiosa parte do meio cultural. Presumem, ainda, que sobre essa questão a doutrina religiosa pode ser maleável.

As afirmações acima, permitem interferir: a não-maternidade pode ser tolerada, desde que as razões estejam na lógica cristã da dedicação ao bem do outro, e não na não-maternidade em prol de uma carreira profissional.

Boa parte dos autores citados pesquisou causas que levaram pessoas a optarem não ter filhos, principalmente as mulheres. Dentre os fatores, apontam a carreira profissional, fator econômico e progresso nas técnicas reprodutivas. Todas as pesquisas se deram fora do Brasil.

Em se tratando de Brasil, existem poucos estudos sobre o tema não-maternidade voluntária. As pesquisas de Rios e Gomes (2009) deram início à tradição de estudos e de aprofundamento sobre o tema. Não buscavam unicamente reconhecer os motivos que levaram um casal a optar não ter filho, vão além. Os autores abordam como esses casais são inseridos na sociedade, como esses casais são vistos socialmente se são estigmatizados ou não. Não significa saber quem é mais feliz ou não, quem optou ter filhos ou não os ter.

Conforme Sousa e Ferreira (2005), a felicidade vai muito além do ato de ter ou não filhos. Valsiner(2007), na Psicologia Cultural do Desenvolvimento, destaca que todo o percurso da vida é rodeado por momentos de: desagregação, transformação, incertezas e ambiguidade. Na ocasião da decisão ou no instante em que recebe a informação sobre gravidez, notavelmente cerca um enredo de questões, indecisões e apreensões. Assim, ser mãe ou não gera inúmeras interrogações, logo, por que não investigar mulheres que falaram não a maternidade?

Conceito sobre casamento e família têm se modificado . Rios e Gomes (2009) apontam que” a família clássica tem se ajustado e caminhado de personagem exclusivo de família nuclear para família monoparental, homoparental, sendo muitas vezes a procriação feita artificialmente”. Bastos (2009) indica que “a mãe para família seria

fundamental e responsável pelo vínculo de confiança, segurança e atividades culturais, que acompanhariam o desempenho do grupo familiar”.

Analisando-se a história da Grécia Antiga, do Império Romano, e da Idade Média não seria anormal dizer que os negócios eram feitos a partir dos órgãos reprodutores das mulheres. Segundo Yalonn(2001), casar e ter filhos era condição da mulher, utilizada como instrumento para unir famílias nobres importantes, para ampliar os bens e os negócios das famílias entre si. Se o casal não pudesse ter filhos, a culpa era atribuída à mulher, tendo, o marido direito ao divórcio, para adquirir núpcias com outra mulher, garantindo um herdeiro. Conforme Yalonn(2001), até uma década atrás, na nossa própria história contemporânea ocidental, as mulheres não pensavam ser mães, como expectativa, mas sim como destino marcado e traçado.

De acordo com Bauman(2004), no ciclo dos lares e agricultura familiar e de subsistência, os filhos tinham o principal papel de agricultor para as famílias. Na atualidade, isso ainda persiste, ou seja, os humanos são olhados como utensílios, mercadoria emocional. Não é incomum escutarmos alguém falando que desejaria ter um filho, para ter uma companhia, como explica Bauman(2004). Dessa maneira podemos afirmar que as pessoas têm filhos, por razões diversas das de outros tempos, quando quanto mais filhos, mais mão-de-obra.

De 1960 para cá, as mulheres, passaram a controlar sua fertilidade, começando a escrever suas próprias trajetórias, de tal maneira que a maternidade se tornou uma questão de escolha.

Bantinder(2010) assegura que, após as mulheres controlarem sua fertilidade, ocorreram fenômenos que foram analisados e observados nos países que se declaravam desenvolvidos: queda na fecundidade; maternidade tardia das mulheres; discussão do trabalho das mulheres fora de casa; entrada das mulheres no mercado de trabalho e diversidade da maneira de vida feminina; surgimento de um modelo de um novo casal, casal sem filhos.

Então, tornar-se mãe não é mais uma questão de negócio ou destino, mudando a concepção de maternidade.

Scavone(2001) afirma que escolha da maternidade para as mulheres é um fenômeno moderno. Instituiu-se no decorrer século XX, com o progresso da

industrialização e urbanização, e deve ser analisado junto com os processos sociais e econômicos, como por exemplo a globalização, sucedidos na época, que colaboraram para acelerar a expansão de novos tipos de comportamento e consumo. Não se pode deixar de mencionar o consumo progressivo das tecnologias reprodutivas ofertadas às mulheres. Diante desse fato, a maternidade começou a ser um ponto de reflexão para cada mulher, influenciada pelas condições sociais, econômicas e pessoais.

Park (2005) estudou casais heterossexuais com mais de cinco anos de relacionamento e acima de trinta anos de idade. Fez uma pesquisa minuciosa sobre casais sem filhos por opção, e o que estaria relacionada a essa decisão. Os resultados apontaram experiências negativas ligadas à referência familiar, ou seja, aspectos relacionados a personalidade de pais, mães, a carreira profissional, estilo de vida, a viagens, falta de afeto por crianças ou qualquer outro tipo de atividade que pudesse impedir a presença de crianças, como predominância de um estilo de vida focalizado no meio adulto.

É importante notar que parte dessas justificativas precisam ser relativizadas, quando se discute a realidade brasileira ou latino-americana. Nos Estados Unidos e na Europa crianças e cachorros não são bem-vindos. Em eventos sociais é bem normal as crianças ficarem com babás, para deixarem seus pais mais a vontade. Assim, vão-se observando as diversas maneiras no trato com a prole em diferentes culturas. Em nossa cultura, esse fato não é presente, principalmente em se tratando de crianças. O comum é sempre as vir com os pais com seus pais (PARK,2005).

Para Bandinter (2010), as transformações sociais das sociedades ocidentais modernas impulsionaram as mulheres ao êxito em suas carreiras profissionais e, ainda, a possibilidade de serem mães, caso optassem pela maternidade. A circunstância é que vivemos numa sociedade de individualismo e contraditória, ao mesmo tempo em que estimula à solidariedade, conduz as mulheres a grandes incertezas quanto à decisão da maternidade.

O ofício da maternidade, segundo Wagner (2010), constantemente em nossa sociedade foi característica principal da identidade feminina. Pesquisas feitas por Gislepie(2003,2001,2000), Morel(2000) e Tietjens- Meyer (2001) indicam que as mulheres que não têm filhos toleram algum tipo de preconceito e são classificadas como

anormais.” Para esses, autores “o efeito de ser mãe é considerado algo natural, grandemente desejável socialmente.

Segundo Maher e Saugeres (2007) mulheres que optam pela não maternidade em nossa cultura ocidental são percebidas como diferentes. De maneira semelhante, Batinder(2010) expõe que uma mulher ou até mesmo um casal sem filhos sempre terá a impressão de uma anormalidade a ser indagada: Que passou pela cabeça não ter filhos e fugir do normal? Essas pessoas são frequentemente chamadas a dar esclarecimento sobre as razões que as levaram a não ter filhos e muitas delas ouvirão: “*vocês vão tirar o direito de seus pais de serem avós*”.

Elisabeth Badinter, em seu livro “*Um amor conquistado: O Mito do amor Materno*” em (1995) discute que o relacionamento afetivo, mãe e bebê, não é natural, mas construído. Para a autora, o amor materno foi por muitas décadas considerado instinto.

A nossos olhos, toda mulher, ao se tornar mãe, encontra em si mesma todas as respostas à sua nova condição. Como se uma atividade pré-formada, automática e necessária esperasse apenas a ocasião de se exercer. Sendo a procriação natural, imaginamos que ao fenômeno biológico e fisiológico da gravidez deva corresponder determinada atitude maternal (BADINTER, 1980, p. 19).

A autora, ao destacar o feminismo biológico e seu posicionamento, discute que “*a noção de amor materno instintivo e natural passa a ser um propósito de análises. Fundamentado nas ligações mãe x filho e nas mudanças que ocorreram durante o século XVIII, aponta que determinados hábitos e costumes são resultados das disputas sociais.*”

2.1 CONCEITO DE MATERNIDADE NO SÉCULO XVIII

Elizabeth Batinter (1980) mostrou que sentimento de mãe não é único dever maternal da mulher. Para as mulheres as demandas sociais, econômicas, religiosas e

culturais são diferentes e necessárias para criar seus próprios comportamentos, e por consequência o amor materno. Diz ainda que “*é em função das necessidades e dos valores dominantes de uma sociedade que se determinam os papéis respectivos do pai, da mãe e do filho*”.(1980, p.23). A autora discorre sobre o que é ser criança no século XVIII e como se deu suas transformações ao longo da história.

Em determinado momento, o nascimento de uma criança era visto como um obstáculo para família, achava-se tratar de uma coisa negativa , degenerada e sem interesse.

Para educar as crianças e construir o caráter de um adulto exemplar, o comportamento esperado era que os pais tivessem aparência fria e com ausência de ternura.

Para autora, o comportamento esperado da mulher era não desenvolver afeição por seus filhos. Batinder(1980) ,em primeiro lugar, disserta sobre a recusa da mulher em amamentar, sendo tal prática exercida por amas de leite, muito usadas pelas famílias aristocratas do século XVIII, assim como pelas classes urbanas. Essa rejeição tinha diversas explicações, a saber: não estragar o corpo; o desaparego pela criança; ausência de tempo; desinteresse do marido pela esposa...

Como o índice de mortalidade infantil era grande, especialmente entre os recém-nascidos alimentados por amas de leite, o falecimento de uma criança não era motivo para sofrimento. Alguns autores afirmam que o desaparego da mãe em relação ao filho seria um tipo de defesa, uma vez que a mortalidade era imensa e o não comprometimento com filho diminuiria a dor gerada pela perda. (BADINTER, 1980; ARIÈS, 1981; FORNA, 1999).

Na época em questão, a distância que separava família e filhos não correspondia somente ao período de amamentação. As crianças por volta dos cinco anos de idade, eram entregues: as meninas, aos cuidados de uma governanta e os meninos, confiados a um mentor. Conforme Batinder(1980): as ligações com os pais eram sem importância e sem vínculos afetivo. Quando as crianças chegavam a idade entre sete e oito anos: os meninos eram colocados em colégios internos e as meninas, em conventos, para receberem a respectiva educação.

A maternidade não tinha um status especial, deveres ou pressupostos especiais. A mulher dava à luz e pronto. Não se presumia que ela fosse amar o filho, a não ser que resolvesse amá-lo. Não se esperava sequer que ela cuidasse do bebê. Na verdade, em casos de divórcio na Inglaterra, França e América do Norte, geralmente era o pai que tinha a custódia dos filhos [...]. As mulheres eram consideradas muito amorais, inferiores e fracas para assumirem tais responsabilidades (FORNA, 1999, p. 44).

Forna (1999) indica a vantagem, que existia em ser um filho homem. A filha mulher significava despesas para família, quer pelo dote dado quando de seu casamento, quer pelo custo por aquelas que não casavam. O primogênito herdava toda herança da família. Os filhos homens mais novos teriam que trabalhar. O tratamento dado ao primogênito era diferenciado, além da herança que recebia, era amamentado por suas mães.

Como justificar essa escolha materna? Se o amor materno é espontâneo, como assimilar o fato de a mãe privilegiar o herdeiro e não os demais filhos? Isso estaria relacionado à herança recebida pelo primogênito. Com certeza, o tal do comportamento social-cultural nada tem a ver com os dias de hoje. Na atualidade, essa atitude de uma “boa mãe” seria concebida de maneira inadequada. De acordo com essas circunstâncias, as mães acompanhavam as normas culturais da época, ficando bem claro que tinha uma cultura por traz desse sentimento de recusa.

Forna (1999), argumenta que o abandono materno não ocorria apenas como privilégio da mulher, na maioria das vezes, era prática adotada contra todas as crianças.

O leite das aristocratas era considerado fraco e carente de nutrientes em comparação à dieta saudável oferecida pelas mulheres dos fazendeiros [...] e a cidade era considerada [...] um ambiente carregado de doenças para os bebês. As mulheres acreditavam que mandavam os filhos para longe para o próprio bem deles (FORMA, 1999, p. 40).

De acordo com Badinter (1980), as mulheres eram estimuladas a evitar atos de ternura, pois esse sentimento poderia fazer com que os jovens adquirissem vícios. Assim, para garantir a criação de bons filhos, a mãe deveria instigá-los pelo terror, repreensões, castigos e lamentos.

A educação era centrada na produção de excelentes adultos sem qualquer preocupação com sentimentos de afeto. Ainda assim seria complicado declarar que o amor materno não se encontrava antes do século XVIII, mas vale destacar que a falta de amor materno seguia outros critérios de representação mais aceitáveis. Do mesmo modo, não seria adequado assegurar ausência de amor materno em alguma época da história e muito menos marcar seu início.

Os autores Airès e Flandres(1988) destacam assim a falta de sentimento de infância:

Na vida cotidiana, as crianças vivem com os adultos uma vida de adultos: mesmos jogos, até o século XVII pelo menos; mesma vida profissional, pois que de alto a baixo da escala social as crianças se formam por aprendizagem. A escola, aprendizagem para os clérigos, não distingue classe de idade: os escolares de dez anos são misturados aos adultos (p. 167).

Para o historiador Airès (1998), o conceito e o sentimento de infância desabrocharam, após uma considerável mudança na vida das pessoas, relacionada ao modo parental. Para estudiosos como Linda Pollock(1983), a definição de infância já estava posta desde antes da época pré-industrial, embora a discussão realizada por Airès ocultasse essa premissa. O material utilizado por Airès como referência de suas análises, diários e autobiografias não balizam a teoria do historiador, segundo Pollock(1983).

Portanto, declara que o sentimento de infância sempre transcendeu ou tenha existido, o que compreende por amor materno nos dias de hoje não encontra parâmetro com o amor materno do século XVIII. Segundo, Forna e Batinder(1999), o mito da maternidade implica:

Ela deve ser completamente devotada não só aos filhos, mas a seu papel de mãe. Deve ser a mãe que compreende os filhos, que dá amor total e, o que é mais importante, que se entrega totalmente. Deve ser capaz de enormes sacrifícios. Deve ser fértil e ter instinto maternal. Acreditamos que ela é a melhor, e a única capaz de cuidar corretamente dos filhos". (BANTINDER E Forna, 1999, P. 11).

Segundo as pesquisas de Batinder(1980), desde 1760, a figura da mãe passa a ter importância nos cuidados dos seus filhos e o amor materno passa a ser valorizado e glorificado como grandeza natural e valor social para a sociedade.

Após 1760, abundam as publicações que recomendam às mães cuidar pessoalmente dos filhos e lhes “ordenam” amamentá-los. Elas impõem à mulher a obrigação de ser mãe antes de tudo, e engendram o mito que continuará bem vivo duzentos anos mais tarde: o do instinto materno, ou do amor espontâneo de toda mãe pelo filho (BADINTER, 1980, p. 121).

Portanto, a partir dessa época, o sentimento de infância relatado por Aires(1988) também começa a fazer parte do cotidiano das pessoas e vindo ao encontro das transformações que se iniciavam. O que ocasionou essa mudança de mentalidade no universo feminino? Nota-se que os novos ideais mudaram principalmente as atitudes maternas, em decorrência das exigências sociais.

Batinder(1980) apresenta três justificativas para essa hipótese de transformação: o setor econômico, a criança tem valor no mercado: a redução demográfica no final do século XVIII, como capaz de trazer sérios problemas para o país, pois diminuiriam as riquezas nacionais por falta de mão de obra; o índice de mortalidades de bebês era alta, pelo fato de as crianças serem entregues às amas de leite, exigindo as alterações desse quadro.

A necessidade de expandir a ideia de amor, em grande ou menor proporção, estava relacionada aos conceitos de igualdade e de felicidade. A definição de igualdade acrescentou um modelo novo no tratamento às crianças, tendo em vistas as necessidades. A definição de felicidade eliminava o ser individual e remetia ao ser coletivo, dessa maneira a família seria a esfera perfeita para designar e multiplica-se.

Por fim, a promoção das ideias de venerar e manejar as mulheres, bem como as conduzir à maternidade com responsabilidade. A figura da mulher passou a ser idolatrada pelo valor dos cuidados voltados aos filhos e a instrução às crianças teriam, como alegação, ser também um dom da natureza humana. A visão religiosa e as ordens médicas contribuíram para construção de tal entendimento. A mulher deveria

amamentar seus filhos. A medicina alertava sobre os perigos do não-aleitamento, sendo realizadas práticas voltadas para as mães que não queriam amamentar seus filhos.

Pode-se, pois, afirmar que todas essas transformações relacionadas à maternidade e ao amor materno acarretaram consequências: diversas mulheres se vangloriavam dos cuidados com seus filhos e papel de boa mãe e, ainda, engrandeciam-se por serem exclusivas no desempenhar dessa função. Contudo, havia outras mulheres com sentimento de culpa e incômodo por não desempenharem seu papel de boas mães, sentindo-se fracassadas, já que assim eram reconhecidas as mulheres que não obtinham êxito na educação de seus filhos. *“Quer o filho morra, quer se torne um criminoso, sabe-se agora a quem colocar no banco dos réus”* (BADINTER, 1980, p. 227). As mulheres que pervertessem as normas vigentes não eram boas mães e claramente não amavam seus filhos.

A falta de amor é, portanto, considerada como um crime imperdoável que não pode ser remido por nenhuma virtude. A mãe que experimenta tal sentimento é excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. Meio monstro, meio criminosa, tal mulher é o que poderíamos chamar de “erro da natureza” (BADINTER, 1980, p. 229).

Além do mais, outros motivos ajudaram na construção de tal representação, bem como de sua ampliação e enraizamento nas relações sociais e instituições, posteriormente à Segunda Guerra Mundial. O capitalismo já fazia parte do sistema econômico de grande parte dos países, em especial do Brasil. A economia desde a época colonial já era moldada nos fundamentos do capitalismo, ou seja, desde a revolução industrial, entre o final do século de XIX e início do XX, essa regência tinha alguns conceitos conservadores de casamento e regra moral clássica de bons costumes. A família era a via de manutenção e crescimento para o país. *“A família é a maior base da política demográfica e ao mesmo tempo a fonte das mais elevadas inspirações de estímulos morais”*. (SCHWARTZMAN, 1980, p. 2).

No século XVIII, a diminuição da taxa de natalidade era vista como um problema do país e o acréscimo de suas riquezas. Nesse sentido, o casamento e a maternidade eram a melhor forma de assegurar o aumento da população. Decretos e leis, como a proibição do aborto e o estímulo para que as mulheres não trabalhassem

fora dos seus lares, constituíram as metas para esse alvo. Entende-se que amor materno vem sendo fruto de várias construções e transformações. Nos dias de hoje, discutir sobre o amor materno ainda é um tema complicado e desafiador. Os acontecimentos na metade do século XX e as conquistas feministas foram fundamentais, para proporcionarem mudanças intensas na relação entre maternidade e feminilidade. A mulher é um ser em permanente construção na era pós-moderna, acompanhando a evolução social. Esse fato ocorreu a partir de suas conquistas e sua entrada no mercado de trabalho, e também ao acesso aos estudos, passando a querer procriar ou não (OLIVEIRA, 2007). Essas modificações tem destaque aos novos modelos de família que vêm aumentando como: casais que não querem ter filhos e mulheres que optaram pela não maternidade, objeto desse estudo.

3. AS MULHERES QUE OPTARAM PELA NÃO MATERNIDADE:

Considerando as transformações por que vem passando a sociedade, como demonstrado nos capítulos anteriores, notadamente nos conceitos que nortearam e norteiam hoje a relação mulher x maternidade, minha vivência, conhecimento e confronto de ideias entre autores estudados e citados ao longo deste trabalho, dão sustentação à opção de entrevistar mulheres com graduação, que se opunham às ideias instituídas em nossa sociedade, por terem mais acesso à informação e, assim, melhores condições de expressar dúvidas e conturbações, quanto ao seu lugar na sociedade, ou seja, no lar ou inseridas no mercado de trabalho formal.

Na sequência, uma breve descrição das quatro entrevistadas, todas brasileiras, residentes em Santa Catarina e que afirmaram não desejarem ter filhos, definitivamente ou não, ou que, por adiarem a decisão, não mais puderam gerar seus próprios filhos.

- 1) Entrevistada 1: 53 anos, professora de sociologia e pós-graduada. Evangélica e num relacionamento de seis anos.
- 2) Entrevistada 2: 50 anos, professora de Letras e Espanhol e pós- graduada. Católica e no momento, solteira.
- 3) Entrevistada 3: 41 anos, formada em Direito, exerce a profissão na área, se diz atéista, e tem relacionamento há treze anos.
- 4) Entrevistada 4: 36 anos, formada em história. Cristã e tem um relacionamento estável há dois anos. Sua ocupação profissional professora.

3.1 JUSTIFICATIVA DA METODOLOGIA DAS ENTREVISTAS

As entrevistas tiveram caráter descritivo, abordagem de pesquisa qualitativa e por amostragem possibilitando uma melhor análise.

(De um universo de vinte (20) mulheres), quatro (04) participaram deste estudo, com idade entre 35 e 50 anos de idade, por declararem não ser mães por opção.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com um roteiro previamente elaborado (em anexo).

As entrevistas foram feitas nas residências das participantes, nos municípios, de Balneário Camboriú, Itajaí e Florianópolis, no estado de Santa Catarina.

Saliente-se que as participantes não assinaram o termo de consentimento, mas autorizaram o uso das falas. Para preservar a identidade, as mesmas foram identificadas pelos números de 1 a 4.

O contato com as entrevistadas ocorreu a partir das redes sociais da pesquisadora, por indicação de amigos, colegas de profissão, que conheciam mulheres que não tinham filhos.

A escolha deu-se a partir da opção pela não maternidade em várias faixas etárias, ou seja, vivência de gerações e momentos históricos distintos, decorrência de projeto de vida.

3.2. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS COLETADOS

Procurou-se observar o que as entrevistadas tinham como objetivo de vida e o que elas almejavam para daqui dez anos como planos pessoais de futuro, e quais prioridades estabelecidas no decorrer das suas vidas.

Entrevistada 1 (53 anos, casada)

“O meu objetivo de vida é ser feliz. Os meus planos para o futuro daqui a dez anos são: viajar; conhecer o nosso Brasil, que pelos trinta e seis anos de profissão ainda não pude me dar o luxo de fazê-lo; ficar um pouco mais com a minha família; ser feliz; dançar muito; cuidar da saúde e servir a Deus. As prioridades que estabeleci para minha vida foram, estudar preparar-me para ser uma grande profissional, ajudar as pessoas independente de qualquer coisa, manter a serenidade e ser feliz”.

Entrevistada 2 (50 anos, solteira)

“Os objetivos que estabeleci para minha vida são trabalhar e fazer algumas viagens futuramente, mas é claro, depende do orçamento. Meus planos pessoais para futuro daqui dez anos, eu acredito que devo estar aposentada e pretendo fazer algumas viagens pelo Brasil e o que tiver que acontecer nos planos de Deus. As prioridades que estabeleci para minha vida foram o meu trabalho. Procuro me divertir, sair, porque, até então, sou solteira no momento.”

Depreende-se que as entrevistadas 1 e 2 têm por foco a realização profissional e viagens. Destaque-se o valor religioso, ambas atribuem a Deus o controle de suas vidas. Saliente-se que se trata apenas de uma constatação sem qualquer juízo de valor.

Entrevistada 3(41anos, casada),:

“Meus objetivos de vida são levar uma vida sem grandes preocupações. Meus planos pessoais para daqui dez anos são concluir a minha faculdade de filosofia que estou fazendo, viajar e conhecer pessoas. As prioridades que estabeleci para minha vida foram fazer minha faculdade para ter uma profissão satisfatória e gratificante, o que atingi. A segunda era me mudar de cidade de onde eu morava, o que aconteceu. Saí de Araranguá e fui morar em Florianópolis, em SC. A terceira era comprar minha casa própria, o que eu consegui também”

Entrevistada 4 (36anos, casada),

“Os objetivos que estabeleci para minha vida foram me formar e me especializar mais na minha área com alguns cursos de pós-graduação, mudar de cidade em busca de novas oportunidades, comprar uma casa própria. Meus objetivos de vida para daqui dez anos é estar casada e morando no exterior. As prioridades que estabeleci para minha vida foram minha mãe, estudos e meu relacionamento.”

As duas últimas entrevistadas apresentam semelhanças em seus objetivos, a maioria já conquistados, como, se formar, trabalhar, mudar de cidade.

De modo geral, as falas das mulheres entrevistadas apontavam suas convicções acerca de: carreira profissional, vida sentimental e familiar, amigos, e lazer.

Para subsidiar o estudo sobre a maternidade, a instituição familiar e a identidade feminina, a partir do olhar feminino das mulheres que optaram não ter filhos, perguntamos às mulheres entrevistadas o conceito de maternidade à luz dos tempos atuais:

Entrevistada 1 (53 anos, casada)

” O meu entendimento por maternidade é aquele momento da vida, no qual ela realiza -se, pessoalmente”.

Entrevistada 2 (50 anos, solteira) “

“O que eu entendo de maternidade são laços e vínculos que a pessoa tem com a criança, enfim menino ou menina”.

Entrevistada 3 (41anos, casada),

“Meu entendimento por maternidade, primeiro entendo que a gravidez é a consequência de um encontro de duas células, e que desse encontro resultará

um ser humano, por enquanto, dentro da barriga de um ser humano fêmea. A maternidade é todo o mito social que se criou acerca desse encontro. Para mim, não existe nada de mais em uma mulher carregar e nutrir em seu abdômen um ser que depois de divorciado dela, será um ser igual a ela”.

Entrevistada 4 (36 anos casada),

“ Para a maioria das mulheres, ser mãe é o maior sonho, prioridade na vida, realização pessoal, e isso atende a uma cultura de muitos séculos de que uma mulher se realiza totalmente na vida somente quando tem um ou mais filhos. Já para a minoria, onde me encaixo, os pensamentos são outros, concordo que ser mãe é lindo, porém, não é para mim.”

É deveras significativo ressaltar que a entrevistada número 4, é a única que não tem a maternidade como possibilidade de vida.

Para Scavone (2011), as oportunidades de escolhas pelas mulheres, incluindo nessas a maternidade, são recentes.

Perguntamos às mulheres entrevistadas, quais foram os motivos que as levaram a optar não ter filhos, e o que pensam seus maridos ou companheiros a respeito.

Entrevistada 1 (53 anos, casada),

“Quando estava em fase de ter filhos, meu sonho se desfez pois o noivado acabou. Não me casei com primeiro amor da minha vida, logo não construí a minha própria família. Anos mais tarde conheci meu primeiro marido, contudo meu esposo ficou doente, paraplégico, então decidi cuidar dele e não tivemos filhos porque minha opção foi dedicar-me à saúde dele. Anos após falecimento do meu esposo, conheci meu segundo esposo. Pelo fato de eu estar com uma idade mais avançada meu atual companheiro entendeu que eu não podia ter filhos, com ele já era pai de duas meninas foi algo aceitável para ele eu não ter filhos.

Entrevistada 2 (50 anos, casada):

” Os motivos que me levaram a optar por não ter filhos, foi que após estar casada por dez anos com primeiro marido, percebi que não valeria a pena ter filhos com ele. Tive meu segundo esposo, com o qual fiquei por seis anos. Nesse casamento estava fazendo faculdade e à época trabalhava 40 horas semanais. Eu e meu companheiro optamos por não ter filhos, foi um acordo comum entre dois. E até aquele momento eu não sentia vontade de ser mãe.”

Entrevistada 3 (41 anos, casada)

“O que me levou a optar em não ter um filho, foi devido ao planejamento que eu fiz para minha vida a longo prazo (formar -me, mudar-me, comprar uma casa própria e viajar) nunca coube a existência de um filho nesse plano. A posição do meu companheiro perante o fato de eu não querer ter filhos, foi tranquila, pois ele já era pai de filhos frutos de outros relacionamentos.

Assim acredito que por esse motivo jamais me pressionou para que tivéssemos filhos.”

Entrevistada 4 (36anos, casada)

“Os motivos que me levaram a optar pela não maternidade: são vários. Não tenho paciência com crianças pequenas, amo-as e acho-as lindas, mas não quero ter a responsabilidade de cuidar de uma criança todos os dias. Não acho que eu conseguiria adaptar meu tempo e meu cotidiano ao de uma criança; também pelo financeiro, que pesa desde antes de nascer até a fase adulta; pela violência, não vou pôr um ser humano no mundo para ser alvo da violência urbana; talvez das drogas, as quais se torna moda entre alguns adolescentes, independente da educação ou classe social, e na minha opinião tende a piorar ou seja, cuidar com amor, para o mundo tirar em qualquer fase da vida? Educar um filho está cada vez mais difícil, e apenas não quero passar por isso. A privacidade do casal também conta, o filho nasce, a privacidade acaba, o silêncio e as noites de sono também. Meu companheiro sempre ficou a par desta decisão. Conversamos desde o início do relacionamento que provavelmente não teríamos filhos. Ele não tem e nunca quis na vida, eu ainda ficava em cima do muro. Mas amadurecemos a ideia de não ter, pois para nós como casal seria a escolha certa, e também conversávamos sobre como evitaríamos isto, pois eu não queria tomar anticoncepcionais a vida toda. Optamos pela vasectomia, e estamos muito bem e de consciência tranquila”.

Infere-se dos depoimentos dados, que a opção por adiamento da maternidade, no caso específico da Entrevistada 1, foi mais circunstancial do que projeto de vida, a Entrevistada 2, igualmente leva a crer que a decepção no primeiro casamento é que a fez desistir de gerar um filho, enquanto que no 2º relacionamento o casal entendeu que outros projetos sobrepujam-se à maternidade. A entrevistada 3, coloca que a maternidade não fazia parte de seus planos e cita o fato de o companheiro já ser pai, não ficando claro que se houvesse cobrança do companheiro a mesma não cederia à maternidade. Subentende-se que a entrevistada 4 é a que claramente coloca a maternidade fora de seu contexto de vida, frisa-se no entanto o fato de a mesma ter em dado momento dito ao companheiro: *“Conversamos desde o início do relacionamento que provavelmente não teríamos filhos.”* podendo-se deduzir que houvesse a intenção do companheiro, a maternidade talvez ocorresse. Como o companheiro também não queria filhos, a maternidade ficou relegada. (grifo meu)

Cabe salientar, entretanto, que em nenhum momento as mulheres entrevistadas demonstraram arrependimentos por sua opção de vida, mesmo argumentando que suas realizações pessoais ainda estivessem em implementação, não incluíam a questão da

maternidade, mas sim a objetivos pessoais de realizações. Em qualquer momento nenhuma delas mencionou desejo de suprir a maternidade com a adoção, o que leva à dedução de que a falta de filhos não lhes causou ou causam conflitos.

4 PROPOSTA DE INTERVENÇÃO NA ESCOLA

A gravidez na adolescência ainda é um problema a ser enfrentado pela sociedade, uma vez que as famílias, notadamente de baixa renda, não estão dando conta, quer pelo determinismo: "aconteceu comigo, com ela não seria diferente", quer pela falta de informação, quer pelos tabus como: a responsabilidade é da mulher," se ela não quer não engravida ", "engravidou para forçar o menino a casar", fazendo com que um número grande de meninas abandonem a escola, abortando sonhos de mudança de "status-quo".

Diante dessa realidade, são necessárias rodas de conversas sobre métodos contraceptivos, consequência de gravidez na adolescência, desconstrução de mitos acerca da responsabilidade dos meninos, conversas sobre gênero e diversidade, sexualidade e sexo.

Ainda, como a sociedade encara esses assuntos, necessidade de conhecimento para a mudança de atitudes como respeito consigo e com o outro, para que se tenha de fato uma sociedade incluyente, radicalmente democrática.

Tudo isso numa linguagem clara e que encontre ressonância com os jovens, sem quaisquer juízos de valores, trazendo à baila a história da mulher e do homem ao longo da história, para que novos paradigmas sejam construídos e implantados, onde homem e mulher, apontadas as particularidades específicas, sejam companheiros de luta pela igualdade e não se formem mais “guetos” quer machista, quer feministas, necessários, ainda que em dado momento histórico de rupturas e que contribuíram para a democracia social. Frisar que diferenças é inerente ao ser vivo, mas não motivo de são sectarismos, nem determina a soberania de um sobre o outro.

Conhecer e falar sobre métodos contraceptivos garante a proteção notadamente das mulheres acerca de gravidez não planejada ou não desejada. Discutir os diversos tipos de contraceptivos disponíveis e que devem ser escolhidos de acordo com a necessidade e característica de cada mulher. Realçar a importância de se buscar um ginecologista, antes do início das atividades sexuais, para as orientações médicas,

exames preliminares e respectivo acompanhamento, salientar que o casal deve ir junto para receberem as orientações necessárias.

Discorrer sobre métodos contraceptivos disponíveis: camisinha, camisinha feminina, diu, diafragma, vasectomia....

Reafirmar que o uso da camisinha não é só para evitar a gravidez, mas proteger das doenças sexualmente transmissíveis (DST), que tantas vítimas vem fazendo, notadamente entre os jovens.

Ao introduzir o tema contraceptivos, fazer um breve histórico do papel da mulher na sociedade, a revolução procedida desde a introdução da mulher no mercado de trabalho, razão da comemoração do dia 08 de março, a revolução feminina, desde a "queima do sutiã", significado do gesto e os métodos contraceptivos, que marcaram o fim do conceito sexualidade x reprodução, passando a gravidez a ser uma questão de escolha.

Crescimento da população, aumento do custo de vida, perspectivas de vida, mercado de trabalho, qualidade de vida e aumento da expectativa de vida, empoderamento das mulheres sobre seu corpo, escolha do número de filhos entre o casal, produção independente, inseminação artificial, assuntos que ilustram o desenvolvimento da sociedade contemporânea.

Promover a inclusão dos meninos nessas discussões, desmistificando o homem como provedor único do lar e sua responsabilidade no processo da maternidade desde a concepção, desconstruir a ideia de que o “homem ajuda a mulher”, mas sim que o “mesmo faz sua parte”, uma vez que a constituição de um lar é responsabilidade de ambos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em momentos históricos distintos, sempre existiram mulheres sem filhos, seja por opção, seja por alguma patologia ou por outras situações.

A decisão pela não maternidade é percebido, e tratado, por nossa sociedade de maneiras diferentes.

O número de mulheres que optarem não ter filhos, assim como o controle da maternidade e o número de filhos por mulheres não se registram ao Brasil, mas se fazem presentes, quando o assunto são as baixas taxas de natalidade, por exemplo, nos países europeus e na china.

Cada mulher que fez parte deste estudo tem uma história de vida particular associada à maternidade, de maneira que a construção das definições da maternidade é particular de cada pessoa.

O fato de todas fazerem parte de um mesmo ambiente cultural, que reconhece a existência da figura da mãe, favoreceu o compartilhamento de suas experiências e enfrentamento das questões decorrentes de suas escolhas, além de tomarem decisões que desconstruem o mito e significados da maternidade.

Fica evidente que as mulheres entrevistadas optaram voluntariamente não ter filhos por possuírem outros projetos de vida. Ainda que em alguns casos houvesse a dúvida acerca do projeto de ser mãe, havia a convicção de que a maternidade é decorrência da decisão da mulher e que a mesma pode ser adiada ou não fazer parte de um projeto de vida, como é o caso da entrevistada número 4.

As demais entrevistadas, ainda que tivessem adiado a ponto de não mais poderem conceber, quer pela idade, quer por não acharem mais oportuno, percebe-se que não houve arrependimentos nem desconfortos.

Possivelmente a maneira de incentivar a maternidade e ideologia da mãe perfeita sejam precisamente a lógica que tem ocultado a maternidade e o percurso de muitas mulheres. Porém, vale destacar que a permanência dessa lógica, pode ser

problematizada através de esclarecimentos, debates visando à mudança de atitude quanto ao respeito e à aceitação ao diferente socialmente.

Além das dificuldades e desafios de educar uma criança, diversos motivos fazem parte da escolha da não-maternidade, por exemplo, a carreira profissional, o vínculo afetivo com seu companheiro, qualidade de vida, entre outros. Todos esses motivos permeiam as particularidades do casamento contemporâneo, no qual os casais podem determinar o que é melhor para os dois. Sem interferências religiosas e familiares como eram em décadas passadas.

E é de todo interessante destacar que a decisão pela não-maternidade, numa sociedade que se quer democrática, responsável, onde direitos e deveres sejam igualitários, sem interferências de raça, sexualidade ou religião, não deve ser unilateral, mas sim consenso entre as partes envolvidas.

Não se teve a pretensão de esgotar o tema, mas provocar necessários estudos e discussões a respeito, para que se tenha a sociedade que se deseja, onde mulheres e homens sejam vistos como efetivamente o são: sujeitos diferentes, sem que diferenças sejam determinantes de sectarismos como até então se registram. Os direitos e deveres são iguais, conforme reza nossa *Carta Magna*” e a boa luta social deve ser por esses cânones norteada.

6 REFERÊNCIAS

- ABMA, J. C., & Martinez, G. M. (2006). Childless among older women in the United States: trends and profiles. *Journal of Marriage and Family*, 68 (4), 1045-1056.
- ARAN, M. (2003). Os destinos da diferença sexual na cultura contemporânea, *Revista Estudos Feministas*, 11(2), 399-422.
- ARIÈS, P. (1981) A história social da criança e da família (2 ed.), Rio de Janeiro: LTC.
- BAILY, A. K. (2009). How personal is the political? Democratic revolution and fertility decline. *Journal of Family History*, 34(4), 407-425.
- BASTOS, A.C.S. (2001). Modos de partilhar. Salvador: Cabral Editora Universitária.
- BATINDER, El. (2010). La femme et la mere. Paris: Flamarion.
- BAUMANN, Z. (2004). Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos. São Paulo: Editora Jorge Zahar.
- BARBOSA, P. Z. & ROCHA-COUTINHO, M. L. (2007). Maternidade: novas possibilidades, antigas visões, *Psicologia Clínica*, 19(1), 163-185.
- BARRETO, Andreia et al. Desigualdades de Gênero: movimentos sociais e políticas públicas. In: LAGO, Mara Coelho de Souza et al. (Edit). Especialização em gênero e diversidade na escola: Livro III. Tubarão: Ed. Copiart, 2015. p. 17-46 .
- BATINDER, Elisabeth. Um Amor conquistado: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- BIASOLI-ALVES, Z. M. M. (2000) Continuidades e rupturas no papel da mulher brasileira no século XX. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, 16 (3), 233-239. Disponível em: . Acesso em: 05 de Outubro de 2016.
- CAVALCANTE, Alcilene; XAVIER, Dulce (orgs.) Direitos Reprodutivos: um desafio para a democracia. São Paulo: Publicações Católicas pelo Direito de Decidir, 2014.
- CHAVES, Sara. Significados da Maternidade Para Mulheres Que Não Querem Ter Filhos. Disponível em agosto 2016 < http://www.pospsi.ufba.br/Sara_Chaves.pdf > acesso em 31 de agosto, 2016.

FORNA, Aminatta. *Mãe de todos os mitos: como a sociedade modela e reprime as mães*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

FRIEDAN, Betty. *A mística feminina*. Petrópolis: Vozes, 1971 [1963].

FLANDRIN, Jean-Louis. *O sexo e o Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE (2011). *Síntese dos indicadores sociais*. Acessado em: < agosto de 2016> Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>.

Gillespie, R. (2003). Childfree and feminine: understanding the gender identity of voluntarily childless women. *Gender and Society*, 17(1), 122-136.

HALL, S. (2006). *A Identidade Cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A. Hermans, H.J.M. (1999). Dialogical Thinking and Self-innovation. *Culture & Psychology*, v.5, n1, p.67-87.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Síntese dos indicadores sociais 2010*. Brasília, DF: Brasil. Recuperado em setembro de 2016, disponível em http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2010/SIS_2010.pdf.

KOHLI, M., ALBERTINI, M. (2009). Childlessness and intergenerational transfers: what is at stake? *Ageing & Society*, 29, 1171-1183.

LEATHERBY, G. (2002). Childless and bereft? Stereotypes and realities in relation to 'voluntary' and 'involuntary' childlessness and womanhood. *Sociological Inquiry*, 72(1), 7-20.

MANSUR, L. H. B. (2003). *Sem filhos: a mulher no singular no plural*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

MAHER, J.; SAUGERES, L. (2007). To be or not to be a mother?: Women negotiating cultural representations of mothering. *Journal of Sociology*, 43(1), 5-21.

MELEMED, R. M. M. & Quayle, J. (2006). *Psicologia em reprodução assistida: experiências brasileiras*. São Paulo: Casa do psicólogo.

MORELL, C. (2000). Saying no: women's experiences in reproductive refusal. *Feminism & Psychology*, 10(3), 313-322.

MORELL, C. (2000). Saying no: women's experiences in reproductive refusal. *Feminism*
OLIVEIRA, Paula Barbosa de. *A Mulher atual e a representação da maternidade*
em:http://www.unicap.br/te//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=114 acesso em: 17 set.2016.

PAPALIA, DIANE E; OLDS, SALLY WEMDKOS. *Desenvolvimento humano*. 7. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 684 p.

PARK, K. (2005). Choosing childlessness: Weber's typology of action and motives of the voluntary childless. *Sociological Inquiry*, 75(3), 372-402.

POLLOCK, Linda H. (1983). *Forgotten Children: Parent-Child Relations from 1500 to 1900* (Cambridge: Cambridge University Press).

ORSOLIN, R. (2002). Nem toda mulher quer ser mãe: novas configurações do feminino. Em Cenci, C. M. B, Piva, M. & Ferreira, V. T. R. *Relações Familiares: uma reflexão contemporânea*. Passo Fundo: UPF Editora.

ROCHA-COUTINHO, M. L. (1994). Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro. Rocco.

RIOS, M. G. & G (2009). Casamento contemporâneo: revisão de literatura acerca da opção por não ter filhos. *Estudos de Psicologia*, 26(2), 215-225.

_____. Estigmatização e conjugalidade em casais sem filhos por opção. *Psicologia em Estudo*, 14 (2), 311-319.

ROWAND, D. T. (2007). Historical trends in childlessness. *Journal of Family Issues*, 28(10), 1311-1337.

SATO, T., KIDO, A., ARAKAUA, A., MIZOGUSHI, H., VALSINER, J. (2007). Sampling reconsidered Idiographic science and the analysis of personal life trajectories. In: Valsiner, J, Rosa, A. (Eds.) *The Cambridge Handbook of Sociocultural Psychology*: New York: Cambridge University Press.

SPITZ, C. Cresce o número de casais sem filhos, diz IBGE. Folha de São Paulo. 20 de dezembro de 2006. Disponível em: Acesso em 29 de out. de 2016.

TIETJENS-MEYERS, D. (2001) 'The Rush to Motherhood – Pronatalist Discourse and Women's Autonomy', *Signs* 26: 735–60.

VALSINER, J. (2005). The promoter sign. *Transitions. Journal of Personality*, v.72, n.3, p.564-602.

VAN BAVEL, J.; KOK, J. (2010). Pioneers in modern life style? Childless couples in the early 20th century Netherlands. *Social Science history*, 34(1), 47-72.

WAGOR, M. (2000). Childless by choice? Ambivalence and the female identity. *Feminism & Psychology*, 10(3): 389-395.

YALON, M. (2002). *A história da esposa*. Rio de Janeiro: Ediouro.

YANG, S.; Roseblatt, P. C. (2008). Confucian family values and childless couples in South Korea. *Journal of family issues*, 29(5), 571-591

7.ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1.Nome ou(fictício) e idade:
- 1.2. Religião (caso tenha):
- 1.3. Escolaridade:
- 1.4. Ocupação ou profissão:
- 1.5. Anos de relacionamento com o atual companheiro ou marido

II. QUESTÕES RELACIONADAS À MATERNIDADE

- 2.1 Fale sobre seus objetivos de vida.
- 2.2 Comente sobre seus planos pessoais para o futuro (daqui a 10 anos).
- 2.3 Mencione as principais prioridades que você estabeleceu para sua vida.
- 2.4 Discorra sobre seu entendimento de maternidade.
- 2.5 Relate os motivos que a levaram a optar por não ter filhos.
- 2.6 Fale sobre as posições de seu marido ou companheiro sobre o fato de optar por não ter filhos.